



*Vereadores aprovaram, em primeira discussão, pacote de medidas que prevê reestruturação administrativa; reposição salarial de 4,57% aos servidores também passou em primeira votação* Santo André, 17 de outubro de 2017 - Nesta terça-feira (17/10), a Câmara de Santo André aprovou, em primeira discussão, quatro Projetos de Lei que reestruturam administrativamente a Casa, além de estabelecer diretrizes para plano de cargos e carreiras e redução no número de cargos comissionados. As medidas visam atender determinações do Ministério Público (MP) e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) para um equilíbrio no número de cargos efetivos e de confiança.

Segundo chefe do Legislativo, Almir Cicote (PSB), os projetos foram propostos pela mesa diretora com o intuito de se adequar às exigências do MP e do TCE, mesmo sem consenso entre os parlamentares a cerca do número de cargos comissionados a serem reduzidos. "O TCE tem uma postura muito agressiva quanto ao corte de cargos de confiança. Não concordo com esta posição, mas não posso deixar de cumprir as determinações e termos as contas reprovadas. O que deve ocorrer é que sejam apresentadas emendas por parte dos vereadores", pontuou Cicote. O Projeto de Lei 303/2017, que concede reposição salarial de 4,57% aos servidores ativos de e inativos do Legislativo recebeu aval de 20 parlamentares e uma abstenção, proferida pelo vereador Fábio Lopes (PPS). O texto prevê a concessão de reposição a partir do dia 1º de abril de 2017. Já o Projeto de Lei 304/2017, que altera a Lei 9.843, de 3 de junho de 2016, sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores da Câmara, foi aprovado com 20 votos favoráveis contra uma abstenção, também de Fábio Lopes.

O Projeto de Lei 305/2017, por sua vez, que prevê a reestruturação administrativa, com a criação e extinção de cargos efetivos, funções gratificadas e criação de cargos de confiança, passou pelo crivo positivo de 19 vereadores contra duas abstenções, novamente de Fábio Lopes e do vereador Professor Minhoca (PSDB).

O último item avaliado pelos vereadores, o Projeto de Lei 306/2017, que reduz o número de cargos comissionados nos gabinetes, que passaria dos atuais 11 servidores para 6 cargos de confiança, recebeu aval de 19 vereadores, contra uma abstenção (Minhoca) e uma ausência (Sargento Lôbo - SD).

Segundo o vereador Rodolfo Donetti (PPS), antes de cortar cargos, é necessário se atentar a todos os requisitos exigidos pelo MP e pelo TCE. "Não se trata só de reduzir cargos. Mas vamos nos atentar ao que está sendo pedido antes e buscar se enquadrar neste outros requisitos. Por isso, estudamos acrescentar emendas ao projeto", defendeu.

A vereadora Bete Siraque (PT) destacou que várias atitudes já vêm sendo tomadas, como a redução de dois cargos no ano passado. "Em 2008 foi aprovado na Casa o aumento de assessores (de nove para 13). De lá para cá, já estamos em uma regressiva de cargos. Mas ainda não finalizamos o debate. Eu penso que a diminuição de dois postos equacione o problema. Considero algo em torno de nove cargos comissionados como razoável", ponderou.

A expectativa é de que os projetos sejam votados definitivamente na próxima sessão, na quinta-feira (19/10). A sessão também foi marcada pelo afastamento do vereador Lucas Zacarias (PTB), que saiu de licença por 15 dias, para tratar de assuntos pessoais. Em seu lugar, assume temporariamente o suplente Dr. Cristiano (PTB), que na eleição passada recebeu 1.658 votos.